

PPGD UNIRIO



DIREITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito
da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Public Policy Law

Journal of the Graduate Program in Law
of the Federal University of the State of Rio de Janeiro

VOLUME 2 Nº 2
JULHO – DEZEMBRO 2020
JULY – DECEMBER 2020

ISSN: 2675-1143

DIREITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO DA UNIRIO

EXPEDIENTE - Revista Direito das Políticas Públicas, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Vol. 2, n. 2, jul./dez. 2020. ISSN 2675-1143

Reitor

Prof. Dr. Ricardo Silva Cardoso

Vice-Reitor

Prof. Dr. Benedito Fonseca e Souza Adeodato

Pró-Reitora de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação

Profa. Dra. Evelyn Goyannes Dill Orrico

Diretora da Biblioteca Central

Márcia Valéria da Silva de Brito Costa

Biblioteca Setorial do CCJP

Filomena Angelina Rocha de Melo

Lídia Oliveira de Seixas

Renata da Silva Falcão de Oliveira

Thalita Oliveira da Silva Gama

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Direito

Prof. Dr. Paulo de Bessa Antunes

Coordenação do Curso de Mestrado em Direito

Prof. Dr. Leonardo Mattietto

Editores

Prof. Dr. Eduardo Garcia Ribeiro Lopes Domingues

Prof. Dr. André Luiz Coelho Farias de Souza

Conselho Editorial

Prof. Dr. Ben Boer, Universidade Wuhan, China; Universidade de Sydney, Austrália

Prof. Dr. Carlos Ari Sunfeld, Fundação Getúlio Vargas - SP, Brasil

Prof. Dr. David Cassuto, Universidade Pace, Estados Unidos da América do Norte

Prof. Dr. Egon Bockmann Moreira, Universidade Federal do Paraná, Brasil

Profa. Dra. Griselda Capaldo, Universidade de Buenos Aires, Argentina

Prof. Dr. Julien Théron, Universidade Toulouse Capitole, França

Profa. Dra. Marie-Hélène Monserie-Bon, Universidade Paris II, França

Prof. Dr. Santiago Ripol Carulla, Universidade Pompeu Fabra, Espanha

Prof. Dr. Saulo Pinto Coelho, Universidade Federal de Goiás, Brasil

Prof. Dr. Talden Farias, Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Prof. Dr. Tiago Duarte, Universidade Nova de Lisboa, Portugal

DIREITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO DA UNIRIO

Comissão Editorial

Prof. Dr. André Coelho

Profª. Dra. Claudia Gurgel

Prof. Dr. Eduardo Garcia Ribeiro Lopes Domingues

Prof. Dr. José Gabriel Assis de Almeida

Prof. Dr. Leonardo Mattietto

Profª. Dra. Patrícia Serra Vieira

Prof. Dr. Paulo de Bessa Antunes

Profª. Dra. Rosalina Corrêa de Araújo

Comissão Assistente Editorial

Ms. Eliane Vieira Lacerda Almeida

Ms. Juliana Mattos dos Santos Joaquim

Ms. Luciana Picanço de Oliveira Brandolin

Ms. Maida Pratis Pessanha Tejón

Ms. Milton Leonardo Jardim de Souza

Ms. Thuany de Moura C. Vargas Lopes

Mestranda Yasmin Sant'ana Ferreira Alves de Castro

Capa - Thuany de Moura C. Vargas Lopes Imagem – Canva.com

Bibliotecária: Thalita Gama – CRB 7/6618 - Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Jurídicas e Políticas – CCJP/
UNIRIO, Rua Voluntários da Pátria, nº 107, Botafogo, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 22.270-000.

Revista Direito das Políticas Públicas [recurso eletrônico] /

Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da UNIRIO.

Vol. 2, n. 2 (2020) - Rio de Janeiro, RJ: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2020.

Acesso em: <http://www.seer.unirio.br/index.php/rdpp/index>

Semestral

ISSN: 2675-1143

1. Ciências Jurídicas - Periódicos. I. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

CDD: 340

SUMÁRIO – SUMMARY

EDITORIAL _____ **6**

OS FLUXOS MIGRATÓRIOS PARA O BRASIL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INTEGRAÇÃO LOCAL DE REFUGIADOS NO CONTEXTO BRASILEIRO _____ **8**

MIGRATORY FLOWS TO BRAZIL AND PUBLIC POLICIES FOR LOCAL INTEGRATION OF REFUGEES IN THE BRAZILIAN CONTEXT _____ 8
Paula da Cunha Duarte

O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO COMO UMA ESTRATÉGIA DE SUSTENTABILIDADE DO ESPAÇO AMAZÔNICO: UM INSTRUMENTO DE PRESERVAÇÃO DA FLORESTA AMAZÔNICA _____ **33**

THE DEVELOPMENT OF TOURISM AS A STRATEGY FOR SUSTAINABILITY IN THE AMAZON SPACE: AN INSTRUMENT FOR THE PRESERVATION OF THE AMAZON FOREST _____ 33
Adriano Fernandes Ferreira
Jofre Luis da Costa Oliveira

PROJETO PÍLULAS DE DIREITOS HUMANOS: DIÁLOGOS EM TEMPOS DE PANDEMIA _____ **69**

HUMAN RIGHTS PILLS PROJECT: DIALOGUES IN PANDEMIC TIMES _____ 69
Alessandra Vasques Werner Paim
Edna Raquel Santos Hogemann
Érica Maia Campelo Arruda

DIREITO E LITERATURA: PERCEPÇÕES ENTRE O DIREITO CURVO E A DEFESA DOS DIREITOS DAS MULHERES A PARTIR DAS REPRESENTAÇÕES FEMININAS POSTAS EM DECAMERON DE GIOVANNI BOCCACCIO _____ **83**

LAW AND LITERATURE: PERCEPTIONS BETWEEN CURVED LAW AND THE DEFENSE OF WOMEN'S RIGHTS FROM THE FEMALE REPRESENTATIONS SET IN DECAMERON DE GIOVANNI BOCCACCIO _____ 83
Érica Maia Campelo Arruda
Lara Ribeiro Pereira Carneiro
Bruno Wanzeler da Cruz

A MULHER NEGRA NA LITERATURA BRASILEIRA: PASSADO, PRESENTE E FUTURO _____ **104**

THE BLACK WOMAN IN BRAZILIAN LITERATURE: PAST, PRESENTE AND FUTURE _____ 104
Edna Raquel Hogemann
Patricy Barros Justino
Aiana Carvalho

BUSCA IMEDIATA DE PESSOAS DESAPARECIDAS: QUESTIONAMENTOS SOBRE A EFETIVIDADE DAS LEGISLAÇÕES VIGENTES _____ **122**

IMMEDIATE SEARCH FOR MISSING PERSONS: QUESTIONS ABOUT THE EFFECTIVENESS OF CURRENT LAWS _____ 122

Oswaldo Pereira Lima Junior

Marcio Santos de Carvalho

Maria Jovita Nocchi Vieira

APONTAMENTOS PARA UMA POLÍTICA PÚBLICA DE ACESSO À INFORMAÇÃO NA PANDEMIA DE COVID-19 _____ **137**

NOTES ON ACCESS TO INFORMATION PUBLIC POLICY IN THE COVID-19 PANDEMIC _____ 137

Leonardo Mattietto

Diego Chagas de Souza

PROSELITISMO NEGATIVO E O EQUILÍBRIO DAS LIBERDADES ____ **161**

NEGATIVE PROSELITISM AND THE BALANCE OF FREEDOMS _____ 161

Sérgio Luís Tavares

Márcio Dodds Righetti Mendes

SOBRE A DUPLA FINALIDADE DOS CONTRATOS: NOTAS SOBRE A LEI DA PANDEMIA _____ **200**

ON THE DUAL PURPOSE OF CONTRACTS: NOTES ON THE PANDEMIC LAW _____ 200

Adriana Geisler

Maria Inês Lopa Ruivo

Larissa Honorato

**DOSSIÊ ESPECIAL –
PÍLULAS DE DIREITOS
HUMANOS**

Submetido em 15/10/2020
Aprovado em 17/12/2020

**A MULHER NEGRA NA LITERATURA BRASILEIRA: PASSADO,
PRESENTE E FUTURO**

THE BLACK WOMAN IN BRAZILIAN LITERATURE: PAST, PRESENTE AND
FUTURE

Edna Raquel Hogemann^I

Patricy Barros Justino^{II}

Aiana Carvalho^{III}

RESUMO

Este trabalho propõe uma reflexão acerca do papel da mulher negra na literatura nacional, seja como autora ou personagem na medida em que, pelo levantamento bibliográfico realizado e com a utilização do método dialético qualitativo, parte-se do pressuposto que se revela real ao longo do desenvolvimento do trabalho, segundo o qual o número de

ABSTRACT

This paper proposes a reflection on the role of black women in national literature, whether as an author or a character in that, through the bibliographic survey carried out and with the use of the qualitative dialectical method, one starts from the assumption that is real throughout the development of the work, according to which the number

I Pós-Doutorado em Direito pela Universidade Estácio de Sá/RJ (UNESA). Doutora em Direito pela Universidade Gama Filho (UGF). Mestre em Direito pela Universidade Gama Filho (UGF). Professora do Curso de Direito, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UniRio). Pesquisadora da Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro (FAPERJ). Coordenadora do Grupo de Pesquisa Direitos Humanos e Desenvolvimento social. Rio de Janeiro (RJ), Brasil. E-mail: ershogemann@gmail.com.

II Advogada, pesquisadora da Escola de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), atuando como membro do Grupo de Pesquisa Direitos Humanos e Transformação Social (GPDHTS) vinculado ao PPGD/UNIRIO e do Projeto de Extensão Liga de Direito e Literatura (LADIL), Doutoranda em Direito e Evolução Social pelo PPGD/UNESA e Mestre em Estado e Cidadania pela UGF. E-mail: pj21066@gmail.com

III Graduada de Direito pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), pesquisadora da Escola de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), atuando como membro do Grupo de Pesquisa Direitos Humanos e Transformação Social (GPDHTS) vinculado ao PPGD/UNIRIO e do Projeto de Extensão Liga de Direito e Literatura (LADIL). E-mail: aiana.carvalho83@gmail.com

DIREITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO DA UNIRIO

negras nos livros mostra uma of black women in books shows a racial homogeneidade racial que não representa homogeneity that does not represent the à realidade da sociedade brasileira. Isso reality of Brazilian society. This is porque, a presença da mulher negra na because the presence of black women in literatura ainda é muito pequena e os seus literature is still very small and their desafios em contrapartida são enormes. A challenges in return are enormous. The pesquisa demonstra que a perspectiva em research shows that the perspective relação à mulher negra ainda é regarding black women is still insuficiente. Um mercado literário insufficient. A literary market mediated mediado por vozes de homens, as by men's voices, women are still a mulheres ainda são uma minoria. O minority. The way for your voices to be caminho para suas vozes serem ouvidas é heard is long and arduous, as your gender longo e árduo, pois sua condição de condition is inexorably impaired by the gênero se vê inexoravelmente prejudicada color of your skin, so your voice needs to pela cor de sua pele, então sua voz precisa be even louder. Therefore, there is a great ser ainda mais alta. Portanto, há uma difficulty for black women to rise in the grande dificuldade das mulheres negras literature not only because of color conseguirem ascender na literatura não prejudice or because of gender, but access apenas em razão do preconceito de cor ou to education itself proves to be a difficult em razão do gênero, mas o próprio acesso obstacle and needs to be faced by the à educação revela-se um obstáculo muito whole society for a greater and effective difícil e precisa ser enfrentado por toda participation. sociedade para uma maior e efetiva participação.

PALAVRAS-CHAVE

Educação. Gênero. Literatura.
Minorias. Mulheres Negras.

KEYWORDS

Education. Gender. Literature.
Minorities. Black Women.

Vozes-mulheres

A voz de minha bisavó
ecoou criança
nos porões do navio.
ecoou lamentos
de uma infância perdida.

A voz de minha avó
ecoou obediência
aos brancos-donos de tudo.

A voz de minha mãe
ecoou baixinho revolta
no fundo das cozinhas alheias
debaixo das trouxas
roupagens sujas dos brancos
pelo caminho empoeirado
rumo à favela.

A minha voz ainda
ecoa versos perplexos
com rimas de sangue
e fome.

A voz de minha filha
recolhe todas as nossas vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.

A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.

O ontem – o hoje – o agora.
Na voz de minha filha
se fará ouvir a ressonância
o eco da vida-liberdade.

Poemas da recordação e outros movimentos (2008)

1 INTRODUÇÃO

É possível perceber que nessas pequenas estrofes há uma mulher negra que dá ascendência a uma origem e que sua voz ainda ecoa no presente familiar, assim no

silêncio de uma noite a sua voz rouca ainda clama por uma justiça branca. Sim, a justiça branca do papel, onde ela possa expressar seus sentimentos mais profundos.

Em um país como o Brasil, pergunta-se qual o benefício de se fazer literatura, afinal, um povo envolvido com tantos problemas sociais e econômicos, ler alguns versos ou livros se torna um desafio, principalmente para quem escreve, e se quem escreve for mulher e negra, a situação fica mais complicada.

Por volta dos anos 80, o mestre Antonio Candido (2011) ensinava que a literatura é um direito humano porque é um bem indispensável à nossa humanização, vez que a literatura é o que aproxima um ser humano de outro ser humano, assim como o demonstram as inúmeras faces da humanidade e por isso deve ser lida e estudada, haja vista que é um meio para o nosso desenvolvimento enquanto seres humanos.

Dessa maneira a literatura estimula e alimenta nossa imaginação. Ela é a essência da humanidade; ela provoca e possibilita o exercício da alteridade uma vez que o coloca no lugar do outro, veste-se de personagens para entrar em cena de uma história que muitas vezes se assemelham com as próprias e outras vezes são os próprios sonhos de um mundo ideal. Contudo, há de se concordar que tais benefícios adquiridos por meio da leitura, não chegam da mesma forma para todos.

A literatura se revela especial instrumento de justiça, de tolerância e também de humanização, na medida em que contribui, muitas vezes, para a liberdade do indivíduo. O que impede afirmar que a literatura pode não mudar a realidade naquele momento, pois ela não é necessariamente o retrato do fiel do real, mas tem o poder de libertar da alienação e da opressão e contribuir para os avanços da humanidade.

2 A HISTÓRICA EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA E A EXCLUSÃO DA MULHER E DOS AFRICANOS E SEUS DESCENDENTES

Que a literatura é uma ferramenta poderosa de transmissão de conhecimento e de transformação social, não há o que se provar o contrário. A questão é como utilizá-la para tal? Talvez, essa pergunta tenha ressoado há séculos na mente de vários autores e, em especial, das mulheres.

Desde a chegada dos portugueses ao Brasil, às mulheres foi conferido tão somente o dever serem as responsáveis pelo cuidado do lar, dos filhos e do marido. Durante o período do Brasil Colônia, após a expulsão dos jesuítas, o acesso da mulher à educação permaneceu restrito às famílias ricas: as filhas dos senhores de engenho eram enviadas às escolas para aprenderem a ler, cozer, rezar e voltavam aos seus lares com títulos de sinhá-moça. Tendo início em 1798 quando o Recolhimento de Nossa Senhora da Glória do lugar da Boa Vista, em Pernambuco, foi fundado pelo Bispo Azeredo Coutinho. Sendo este, além de Bispo da Igreja, senhor de engenho, homem do governo e senhor de escravos. (ALMEIDA, 2014).

Já aos escravos, principalmente às mulheres negras, a restrição dos seus direitos era sobreposto ao direito da liberdade. Muitas delas, mesmo após serem livres, permaneciam com as funções domésticas nas casas das famílias brancas, muitas vezes em troca de um lugar para morar e ter o que comer somente.

Na visão de Araujo (2004) tem-se que:

Impedidos absolutamente de qualquer ascensão socioprofissional pela mácula da cor e pela do trabalho manual, terminavam convivendo e competindo com o trabalho escravo, condição na qual estavam muito próximos, e da qual queriam escapar. (p. 3).

E não é diferente quanto ao acesso do ex-escravo e seus descendentes à educação. Mesmo com o advento da Constituição de 1824, a primeira do Brasil independente, que propôs o ensino primário e o tornou gratuito, este não abrangeu os negros e indígenas. Foi a lei de 15 de outubro de 1827, conhecida como *Lei Geral*, que marcou a criação de escolas primárias em todo o país e tratou de alguns assuntos, dentre eles a escola para meninas onde as matérias ensinadas não eram as mesmas que para os meninos. Somente em 1878, um decreto permitiu a matrícula de negros libertos maiores de quatorze anos nos cursos noturnos (DOMINGUES, 2007; SANTANA; MORAES, 2009). Porém, as mulheres só conquistaram o direito do acesso à faculdade em 1879.

Por outro lado, no que diz respeito ao negro, vários eram os impedimentos impostos para dificultar a sua permanência na escola: desde a falta de vestimenta adequada, passando pela ausência de um adulto responsável para realizar a matrícula, até o material escolar e a merenda. Entretanto, há relatos de africanos que vieram para o Brasil, já alfabetizados em português, e outra possibilidade era das mucamas que

acompanhavam os filhos dos senhores à escola, onde ouviam as lições destinadas às crianças e findavam por se alfabetizar também. Já alguns senhores alfabetizavam seus escravos para obterem melhor preço na hora de venda desses, o que não se configurava como regra geral¹.

A Lei Áurea assinada em 1888 é uma das leis mais importantes na história da brasileira, onde a liberdade dos escravos foi finalmente concretizada, contudo tratava-se de uma lei lacônica destinada unicamente a consagrar a liberdade e nenhum direito a mais foi garantido. Inclusive, um dos pontos mais discutidos à época, teria sido a reforma agrária e segundo um dos maiores pesquisadores da escravidão no Brasil, o historiador Luiz Felipe de Alencastro (2018), o movimento republicano, na maior parte, fechou com os latifundiários para não mexer na propriedade rural, deixando essa questão agrária fora da normativa. Garantiu-se assim, que as terras dos latifundiários não sofressem alterações e suas riquezas fossem preservadas.

Então, no dia seguinte ao da assinatura da Lei Áurea, o escravo viu-se livre, sem posses, sem acesso à educação, fora do mercado de trabalho rural e quiçá urbano. Os prósperos cafeicultores paulistas, já haviam encontrado uma solução definitiva para a substituição da mão de obra escrava pelo trabalho assalariado, razão pela qual a imigração de outros povos aumenta significativamente para o Brasil com destino ao campo e ao negro resta de adaptar a essa realidade sem estruturas e sem oportunidades.

Resta à população de ex-escravos se submeterem às atividades braçais, que o homem branco se recusava a fazer, morar em locais improvisados, muitas vezes ao relento, e comer o que conseguia.

No que diz respeito às famílias brancas onde a estrutura totalmente patriarcal era imperativa, mesmo a mulher branca mantinha seu papel de subalternidade coadjuvante na família, em sua maioria com o auxílio de uma serva, até mesmo em famílias pobres, para fazer o trabalho doméstico mais pesado.

Vale um importante registro constitucional histórico relativo ao direito à educação em nosso país relacionado à Proclamação da República, em 1889 e a consequente

1 Com a fundação das escolas protestantes no Rio de Janeiro, metodistas e presbiterianas no ano de 1870, o monopólio da Igreja Católica sobre o ensino é quebrado e as primeiras classes mistas são criadas, onde meninos e meninas estudam na mesma classe e têm acesso às mesmas matérias. Contudo, o acesso ainda direcionado à elite branca e masculina.

promulgação da primeira constituição do recém Estado nacional de cariz republicano e federativo: a Constituição de 1891 não trouxe em seu texto o direito social à educação, que é o princípio básico para a conquista dos direitos de cidadão, nem o direito aos socorros públicos (o direito à saúde possuía essa denominação à época). Era uma Constituição liberal que, se por um lado aboliu a pena de morte e constitucionalizou o habeas corpus, por outro, não salvaguardou nenhum direito social, inclusive o único estabelecido pela Carta de 1824, o direito à educação primária, por temor de que a massa de ex-escravos passasse a possuir direito à cidadania, pois somente os alfabetizados podiam votar e ser votados nas eleições. Essa situação permanecerá assim até 1934, com o advento da Constituição que encerra a República Velha.

A educação brasileira começará a ser repensada após o fim da Primeira Guerra Mundial, na década de 1920, assim como vários setores sociais devido ao cenário socioeconômico, pois até então a sociedade brasileira era constituída basicamente por uma minúscula elite letrada e a grande massa de analfabetos (homens e mulheres negros, mestiços pobres); a perceber-se que iniciava o surgimento de uma singela classe média². A elite seguia uma educação secundária privada e preparatória ao ingresso do ensino superior, em sua maioria, público. Já a classe média tinha acesso às escolas primárias e secundárias normais e vocacionais. (TEIXEIRA, 1963).

Já a maior parte da população brasileira era analfabeta, pois trabalhava basicamente na produção agrícola. Com a Crise Cafeeira em 1929 e o início da industrialização no Brasil, vê-se a necessidade de reformular a educação e incentivar a alfabetização, já que as técnicas de ler e escrever vão se tornar instrumentos necessários à integração do povo ao novo contexto social pós-Primeira Guerra Mundial (RIBEIRO, 2003). No que diz respeito aos postulados educacionais desse momento histórico nacional ROMANELLI (1986: 44) considera que:

A permanência, portanto, da velha educação acadêmica e aristocrática e a pouca importância dada à educação popular fundamentavam-se na estrutura e organização da sociedade. Foi somente quando essa estrutura começou a dar sinais de ruptura que a situação educacional principiou a tomar rumos diferentes. E um lado, no campo das

2 De todo modo, é importante sublinhar que, será em torno de 1910 que as mulheres brancas começam a dominar o mercado de trabalho do ensino primário e somente os homens dominavam o nível secundário. (DOMINGUES, 2007)

idéias, as coisas começaram a mudar-se com movimentos culturais e pedagógicos em favor de reformas mais profundas; de outro, no campo das aspirações sociais, as mudanças vieram com o aumento da demanda escolar impulsionada pelo ritmo mais acelerado do progresso de urbanização ocasionado pelo impulso dado à industrialização após a I Guerra e acentuado depois de 1930.

Mas será a partir da segunda fase do Estado Novo getulista, 1945 até 1964, que mudanças significativas ocorrem na educação brasileira. Em especial o ano de 1961 em que vários movimentos e campanhas de alfabetização de adultos, expansão do ensino primário e superior. Momento esse, que precedeu a aprovação da Lei Nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, denomina Lei de Diretrizes e Bases - LDB e defendeu uma escola universal, pública e gratuita.

Em relação à questão específica da política educacional da população negra SANTANTA (2009: 04) revela que:

Na década de 30 do século XX desencadeia-se um processo de mobilização política e educacional entre os negros, pois, as ações dos movimentos negros de início do século XX foram todas no sentido de incentivo à população afro-descendente para a educação. Os jornais da comunidade negra retratam estas campanhas.

É sabido que o acesso à educação é um dos principais recursos para que o cidadão a tenha ascensão profissional, antes restrita aos apenas os filhos homens dos ricos brancos. Hoje pode-se afirmar que a educação é a chave de libertação do pobre, da mulher, do negro e, principalmente a direção de uma sociedade mais igualitária e menos violenta.

3 O CAMINHAR DA REPRESENTAÇÃO DA MULHER NEGRA NA LITERATURA

Se o espaço das letras esteve reservado para a elite branca e masculina durante muito tempo no cenário histórico nacional, como foi possível observar até agora, ao longo do presente ensaio, a literatura durante muito tempo foi um espaço de exclusão e muitas vezes de negação para muitas mulheres negras e brancas, pois essas mulheres eram limitadas aos espaços domésticos ou religiosos.

A Literatura Afro-brasileira, segundo Duarte (2010) se fez presente no século XVIII e percorreu passo a passo o seu trajeto na cena literária contemporânea, sendo

produzida em diferentes espaços geográficos do Brasil, mas a produção de escritoras negras só se ampliou mesmo a partir de 1980, ocupando espaço na arte cultural, ao mesmo tempo em que as demandas do movimento negro se expandem e acabam ganhando evidência institucional.

Essa representação da mulher negra na literatura ao longo da história foi feita com base nas edificações dos escritores brancos, que associaram uma construção de algumas funções socialmente atribuídas às mulheres negras elaboradas pelo imaginário masculino euro descendente que exploravam temas como sedução, beleza, resistência física, pois essas qualidades apresentadas sempre estão ligadas ao corpo da mulher e nunca fora mencionado o que ela pensa, ou o que ela deseja.

Do mesmo modo se pode perceber que a mulher negra na literatura em geral não costuma aparecer como musa ou heroína pelo olhar masculino. Infelizmente a representação literária da mulher negra é ainda amarrada às imagens de seu passado escravo, de corpo-procriação ou como corpo-objeto de prazer.

Dados históricos comprovam que a primeira escritora negra, Esperança Garcia, segundo o historiador Elio Ferreira de Souza (2020) em sua *A carta da escrava 'Esperança Garcia' de Nazaré do Piauí: uma narrativa de testemunho precursora da literatura afro-brasileira*, é datada em 1770 onde uma escrava alfabetizada escreve uma carta para denunciar os maus tratos sofridos por ela e a família e reivindica por direito ao Governador da Província do Piauí.

SOUZA (2020) produziu um dos registros escritos mais antigos da escravidão no Brasil, escrito pelo próprio escravo negro; nesse caso, de uma mulher negra e cativa, Esperança Garcia, o que na verdade confere à narrativa o status de uma escritura da gênese literária afro-brasileira.

Entre as escritoras negras que figuram como mulheres precursoras da literatura brasileira, pode-se destacar Maria Firmina dos Reis, mulher negra, que nasceu na ilha de São Luís, capital da então província do Maranhão, região nordeste do Brasil, em 11 de outubro do ano de 1825. Primeira romancista brasileira e uma das primeiras de língua portuguesa esteve fortemente engajada ao movimento abolicionista. Filha de João Pedro Esteves, homem negro, e de Leonor Felipe dos Reis, mulher branca, mudou-se muito

pequena, com cinco anos de idade, para a Vila de São José de Guimarães, onde foi criada pela tia, já que não fora fruto de um casamento.

Prestou concurso para Cadeira de Instrução, em 1847, e se tornou professora concursada para ministrar instrução primária na comarca de Guimarães, no interior do Maranhão, onde lecionou de 1847 a 1881, nos jornais do Maranhão é possível encontrar registros sobre suas turmas escolares, demonstrando sua grande participação no processo de instrução de estudantes mulheres e homens. Ela foi responsável pela fundação, em 1880, da primeira escola mista, para meninos e meninas, no Maranhão.

O primeiro romance da literatura afro-brasileira, intitulado **Úrsula**, o qual consagrou Maria Firmina como escritora, também possuía uma temática forte e uma reivindicação clara de uma mulher negra, pobre e que queria vencer paradigmas diante de uma sociedade escravocrata e patriarcal, não era apenas um passatempo literário, carregava todo um cunho abolicionista, os seus personagens.

Segundo Reis (2017) os créditos da autoria de **Úrsula** não foram publicados com o nome de Maria Firmina dos Reis e sim sob o pseudônimo “Uma Maranhense”; e, já no prefácio desse romance Maria Firmina dos Reis fez um pedido de desculpas dizendo que: “Sei que pouco vale este romance, porque escrito por uma mulher, e mulher brasileira, de educação acanhada e sem o trato e conversação dos homens ilustrados” (REIS, 2017, p. 25).

Percebe-se, então, que a escritora tinha a concepção do lugar que ela ocupava no mundo da literatura branca masculina, onde somente os ricos tinham acesso a uma boa educação europeia naquela época, e como era difícil o acesso para mulheres como ela conquistar aquele lugar principalmente sendo negra e pobre, pois a palavra sempre pertenceu ao mundo masculino restando às mulheres o silêncio.

Mas será por intermédio de outra escritora negra, a Carolina Maria de Jesus, que um novo movimento é iniciado com o lançamento do best-seller *O Quarto de Despejo: O Diário de uma Favelada* (1960). “A noite está tépida. O céu já está salpicado de estrelas. Eu que sou exótica gostaria de recortar um pedaço do céu para fazer um vestido.” (JESUS, 1960, pg. 32). Foi através dessa obra que uma nova narrativa, vinda da periferia, sob o olhar de uma mulher negra, favelada, precariamente alfabetizada é difundida e

reconhecida internacionalmente. Após esta obra, Carolina escreveu outras: *A Casa de Alvenaria* (1961); *Pedaços de Fome* (1963); *Provérbios* (1963).

Depois dessa autora, outras escritoras negras surgem no cenário literário brasileiro. São elas: Esmeralda Ribeiro com as obras *Malungos e Milongas* (1988) e *Orukomi - Meu Nome* (2007). Geni Guimarães com o livro *A Cor da Ternura* (1989), Maria Conceição Evaristo de Brito, ou simplesmente Conceição Evaristo, que iniciou sua carreira de escritora na década de 90 com poemas, ensaios, ficção. Dentre as mais importantes obras estão: *Ponciá Vicêncio* (romance, 2003); *Becos da Memória* (romance, 2006); *Poemas da recordação e outros movimentos* (poesia, 2008); *Submissas lágrimas de mulheres* (contos, 2011); *Olhos d'água* (contos, 2014); *Histórias de leves enganos e parencas* (contos e novela, 2016); *Canção para ninar menino grande* (romance, 2018). Entre tantas outras escritoras atuais.

Mas foi na Festa Literária Internacional de Paraty – FLIP de 2018 que ocorreu o primeiro encontro para discutir exclusivamente sobre temas relacionados à produção literária de mulheres negras. E foi neste mesmo ano, que Conceição Evaristo concorreu a uma cadeira na Academia Brasileira de Letras – ABL, sendo a primeira mulher negra a concorrer um espaço majoritariamente ocupado por homens brancos. Uma geração cada vez mais numerosa de mulheres negras que vêm ocupando seu devido espaço na literatura, seja com obras para adultos, seja para crianças³.

Um exemplo de escritora negra que se empenha em contar histórias repletas de essência africana é a Kiusam de Oliveira. Dentre suas obras está *O Mundo no Black Power e Tayó*. A referida escritora é Doutora em Educação e Mestre em Psicologia pela USP, com uma vasta experiência em sala de aula com crianças, inclusive foi considerada pela Organização das Nações Unidas - ONU, entre os 10 escritores, como uma das mais importantes para formação infantil em Direitos Humanos.

3 E por falar em literatura infantil, a leitura é fundamental para o desenvolvimento das habilidades cognitivas e de comunicação das crianças. É na infância que a criança constrói sua visão de mundo, segundo Piaget, a partir dos 2 anos de idade a criança desenvolve a imaginação e memória. Nesse estágio, seu pensamento ainda é restrito às suas vontades, tendo assim, dificuldades de entender o ponto de vista do outro. Por volta dos 7 anos de idade, a criança inicia a fase em que seu pensamento é ampliado aos eventos externos e pensamento dos outros. Ao se tornarem menos egocêntricas e terem acesso ao aprendizado da leitura e interpretação, é de suma importância que o acesso aos livros de variados temas e abordagens façam parte do seu cotidiano. Já a partir dos 11 anos até a fase adulta, a criança passa a usar a lógica para resolver problemas, sendo baseada em seu conhecimento construído até então, através das próprias experiências e também da leitura que tem acesso. (CAVICCHIA, 2010)

Na supracitada obra o racismo é combatido com uma linda história, onde através de uma menina, a Tayó de 6 anos, a autora apresenta uma personagem cheia de autoestima, capaz de enfrentar as agressões dos colegas de classe, que dizem que seu cabelo é “ruim e duro”. Mas como pode ser ruim um cabelo fofo, lindo e cheiroso? A menina responde para os colegas que eles estão com dor de cotovelo porque não podem carregar o mundo nos cabelos. Tayó tem orgulho do penteado Black Power que usa, inspirada em sua mãe, vê a representatividade da ancestralidade africana e o enfeita com todos os dias com orgulho e alegria.

Kiusam de Oliveira é uma das escritoras negras da atualidade que utilizam essa forte ferramenta para disseminar a educação para as relações étnico-raciais, na qual tem por propósito que as pessoas consigam viver felizes, aceitando as belezas presentes nas diferenças humanas.

Outras obras dessa autora, também direcionadas às crianças são: *Omo-Oba: Histórias de Princesas* (2009) onde contos e mitos dos orixás femininos ganham forma de princesas; *O Mar que Banha a Ilha de Goré* (2014) em que a escritora usa a viagem de uma menina de 9 anos ao continente africano e aborda o tráfico de seres humanos forçado durante a colonização das Américas pelos europeus. E mais recentemente o livro *O Black Power de Akin* (2020) em que a autora trata a autoestima dos meninos negros através de uma história rica em força da ancestralidade da família de Akin.

Pela utilização do livro, de um texto lúdico e cheio de mundos imaginários se pode instruir e encantar as crianças com super heróis, fadas, contos e personagens que tragam aprendizados positivos e agregarão à construção de conhecimento de um futuro adulto que pode usufruir dessas ferramentas para ajudar a construir um mundo melhor, ou ao menos, uma comunidade local diferente, sem racismo, discriminação de qualquer espécie, sem violência e desigualdade. Mas, para tal, necessário se faz olhar-se como sujeito liberto e descolonizado do ideário imposto pela branquitude.

Nesse exato sentido, justo demarcar, que em recente obra intitulada **Memórias da plantação**, lançada em 2019, a socióloga portuguesa de origem familiar angolana, Grada Kilomba, vai centrar sua pesquisa nesse universo feminino afrodescendente, pautando o protagonismo negro no procedimento do escrever e do relatar-se, ou seja, de produzir a própria história.

Para essa autora, a ideia que pode ser aplicada ao racismo existente e que reproduz a dinâmica do colonialismo, em relação ao qual se discorreu ao longo do presente ensaio, e que pode ser resumida no título de sua primeira obra, lançada no ano de 2016, a saber: **Você pode substituir mulheres negras como objeto de estudo por mulheres negras contando sua própria história.**

Na medida em que, segundo GRADA (2019) “Uma pessoa é olhada, lhe é dirigida a palavra, ela é agredida, ferida e finalmente encarcerada em fantasias brancas do que ela deveria ser”. Assim, antes de tudo, necessário se faz “descolonizar o eu”, o que representa um longo caminho e tremendo esforço de várias fases, que inicia com refletir a respeito das consequências do racismo sobre o afrodescendente escritor ou escritora. Significa necessariamente interromper o processo ilógico, mas que se estabeleceu como uma permanência histórica que leva o negro ou a negra a ter de se explicar para os brancos por seu existir enquanto tal e culmina com a pessoa negra revelando-se como sujeito em sua plenitude.

4 CONCLUSÃO

A pouca presença da figura feminina na literatura brasileira está historicamente ligada aos moldes educacionais adotados no país desde o Brasil Colonial e à falta de leis que garantissem uma educação onde somente o gênero masculino não fosse privilegiado. E quantos aos negros, a invisibilidade se estende por um período maior na história brasileira, tendo em vista a forma em que foram trazidos do continente Africano, explorados e “libertados” sem acesso a nenhum direito, o que se perpetuou durante séculos à frente e causou consequências irreparáveis.

A desigualdade de gênero e a discriminação social ataram as mãos e os pés das mulheres brancas por muitos anos a fio. Porém à mulher negra, lhe foi imputado o racismo, a punição, o silêncio, o analfabetismo, a discriminação, a falta de oportunidade e consequências que, mesmo em pleno século XXI, essas mulheres afrodescendentes sofrem com as mazelas herdadas de seus antecedentes.

Mas é por causa desse sofrimento, registrado em nossa história, que é simplesmente inexplicável e sem precedentes, que as mulheres negras que conseguem alcançar o acesso à educação, são capazes de romper as ataduras que as impediram de

crescer e serem livres. E não somente isso. É essa dor que as move em direção a uma luta por reivindicação de igualdade de gênero e racial. É essa paixão pelas letras que as fazem difundir às todas as outras, adultas ou crianças, que ter uma história tão singular e marcada com sangue, é a força necessária para mudar o presente visando um futuro contrário ao passado vivido. É querer mostrar à mulher negra que ela não precisa se submeter à exploração, à humilhação, à falta de opções, aos padrões europeus impostos desde sempre e até hoje difundidos principalmente pela mídia. É provar que ter uma pele negra não define caráter, não rotula como incapaz, não diminui sua beleza e não limita seu poder de crescimento.

Está-se no início de uma nova era na literatura brasileira. É sonho todas as mulheres brancas e negras, pelo reconhecimento de seu verdadeiro valor! A começar pela aprovação da primeira mulher negra na Academia Brasileira de Letras, por mulheres, brancas e negras, como líderes no poder público. Por mulheres formulando e aplicando leis igualmente aos cidadãos brasileiros, independente de raça, gênero, opção sexual, idade e mais que isso, que todos e todas independente de cor, gênero ou posição socioeconômica tenham um mesmo direito de acesso à educação constitucionalmente consagrado, mas ainda carente de plena efetividade, para que novas Carolinas, Genis e Esmeraldas possam se revelar e o ato de “lavar os pratos” possa ser uma opção, nunca mais um fatal desígnio...

Não vou mais Lavar os Pratos
 Não vou mais lavar os pratos
 Nem vou limpar a poeira dos móveis
 Sinto muito
 Comecei a ler
 Abri outro dia um livro e uma semana depois
 decidi
 Não levo mais o lixo para a lixeira
 Nem arrumo a bagunça das folhas que caem
 no quintal
 Sinto muito
 Depois de ler percebi a estética dos pratos
 a estética dos traços, a ética, a estática
 Olho minhas mãos quando mudam a página
 dos livros
 Mãos bem mais macias que antes
 Sinto que posso começar a ser a todo instante
 Sinto. Qualquer coisa

Não vou mais lavar. Nem levar
 Seus tapetes para lavar a seco
 Tenho os olhos rasos d'água
 Sinto muito
 Agora que comecei a ler quero entender
 O porquê, por quê?
 E o porquê
 Existem coisas
 Eu li, e li, e li
 Eu até sorri
 E deixei o feijão queimar...
 Olha que o feijão sempre demora a ficar
 pronto
 Considere que os tempos agora são outros...
 Ah, esqueci de dizer
 Não vou mais
 Resolvi ficar um tempo comigo
 Resolvi ler sobre o que se passa conosco

Você nem me espere	Depois de tanto tempo juntos
Você nem me chame	Aprendi a separar
Não vou	Meu tênis do seu sapato
De tudo o que jamais li, de tudo o que jamais	Minha gaveta das suas gravatas
entendi	Meu perfume do seu cheiro
Você foi o que passou	Minha tela da sua moldura
Passou do limite, passou da medida, passou	Sendo assim, não lavo mais nada
do alfabeto	E olho a sujeira no fundo do copo
Desalfabetizou	Sempre chega o momento
Não vou mais lavar as coisas e encobrir a	De sacudir, de investir, de traduzir
verdadeira sujeira	Não lavo mais pratos
Nem limpar a poeira e espalhar o pó daqui	Li a assinatura da minha lei áurea escrita em
para lá e de lá para cá	negro maiúsculo
Desinfetarei as minhas mãos e não tocarei	Em letras tamanho 18, espaço duplo
suas partes móveis	Aboli
Não tocarei no álcool	Não lavo mais os pratos
Depois de tantos anos alfabetizada	Quero travessas de prata
Aprendi a ler	Cozinhas de luxo
	E jóias de ouro
	Legítimas
	Está decretada a lei áurea

Cristiane Sobral, 2010

5 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Pereira Nizan. **A construção da invisibilidade e da exclusão da população negra nas práticas e políticas educacionais no Brasil**. Tese (Doutorado em Educação) Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR). Curitiba. 2014.

CANDIDO, Antonio. **Vários Escritos**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011.

CAVICCHIA, Durlei de Carvalho. **O Desenvolvimento da Criança nos Primeiros Anos de Vida**. 06 de dezembro de 2010. Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/224/1/01d11t01.pdf> . Acesso em 30 set 2020.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. Tempo, Niterói/RJ, n.23, 2007.

DUARTE, Eduardo Assis. Apresentação. In: REIS, Maria Firmina dos. **Úrsula**. Florianópolis, SC: Editora Mulheres; Belo Horizonte: PUC Minas, 2004.

EVARISTO, Conceição. *Poemas da Recordação e outros Movimentos*. Belo Horizonte: Nandyala, 2008.

FERNANDES, Fernanda. **A História da Educação Feminina**. Disponível em: <http://www.multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/14812-a-%20%20%20%20%20%20%20%20%20hist%C3%B3ria-da-educa%C3%A7%C3%A3o-feminina>. Acesso em: 07 mar 2019.

FERNANDES, José Carlos. **Por que negros foram excluídos do ensino nos períodos imperial e republicano?** A Gazeta do Povo. 12 de maio de 2015. Disponível em <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/por-que-negros-foram-excluidos-do-ensino-nos-periodos-imperial-e-republicano-96aaka56heq7qxjdcym17v7m6/> Acesso em: 05 out 2020.

GRADA, Kilomba. *Memórias da plantação — Episódios de racismo cotidiano*, Rio de Janeiro:Cobogó , 2019.

GRADA, Kilomba. *Você pode substituir mulheres negras como objeto de estudo por mulheres negras contando sua própria história*. Rio de Janeiro: Malê, 2016.

MACIEL, Vanessa Chaves. Oliveira, Maria Anória J. **A Cor da Ternura**. Resenha disponível em: <http://www.lettras.ufmg.br/literafro/resenhas/infanto-juvenil/1149-gehi-guimaraes-a-cor-da-ternura>. Acesso em: 05 out 2020.

NAVARRO, Márcia Hoppe; SCHMIDT, Rita Terezinha. **A Questão de Gênero: Ideologia e Exclusão**. In: 2º Congresso sobre a 98 | Literatura, espaço autobiográfico e memória Mulher, Gênero e Relações de Trabalho, 2007. Goiânia: Instituto Goiano do Trabalho, 2007. v. 1.

OLIVEIRA, Kiusam. Site com conteúdos sobre a autora e para crianças disponíveis em: <http://mskiusam.com/>. Acesso em 05/10/2020.

REIS, Maria Firmina dos. **Úrsula**: Romance. Belo Horizonte: Editora da PUC Minas, 2017.

REIS, Maria Firmina dos. **A Escrava**. In: REIS, Maria Firmina dos. **Úrsula**. Florianópolis, SC: Editora Mulheres; Belo Horizonte: PUC Minas, 2004.

RIBEIRO, Maria Luisa dos Santos. **História da Educação Brasileira: a Organização Escolar**. 19 ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

RISTOFF, Dilvo. **A Trajetória da Mulher na Educação Brasileira**. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/202-264937351/5710-sp-1216879868>. Acesso em: 08 mar 2006.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

SANTANA, José Valdir Jesus de; MORAES, Jorlúcia Oliveira. **História do Negro na Educação: Indagações Sobre Currículo e Diversidade Cultural**. Maringá/PR, n. 103, Dez 2009.

SOBRAL, Cristiane. **Não Vou Mais Lavar Pratos**. Editora Athalaia, 2010.

SOUZA, Elio Ferreira de. **A Carta Da Escrava Esperança Garcia de Nazaré do Piauí: Uma Narrativa Testemunho Precursora da Literatura Afro-Brasileira.** <http://www.lettras.ufmg.br/literafro/arquivos/artigos/criticas/ArtigoElioferreira1cartaesperancagarcia.pdf>. Acesso em: 06 out 2020.

SOUZA, Fabiana dos Santos. **Literatura Afro-Feminina Brasileira: Uma Forma de Combate Ao Silenciamento e ao Racismo.** Artigo disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/6897354.pdf>. Acesso em 05out 2020.

TEIXEIRA, Anísio. Estado atual da educação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, v.39, n.89, jan./mar. 1963. p.8-16. Disponível em: <http://www.bvanisioiteixeira.ufba.br/artigos/estado.html> Acesso em 15 out 2020.

WERTHEIN, Jorge. **Mulheres e Alfabetização**. 03 de abril de 2014. Disponível em <https://undime.org.br/noticia/mulheres-e-alfabetizacao> Acesso em 05out 2020.